

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH HOSPITAL REGIONAL DO MARAJÓ

(CNPJ 23.453.830/0004-12)
Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial dos Exercícios				Demonstração de Resultados dos Exercícios			
Finds em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em Reais (R\$)				Finds em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em Reais (R\$)			
Ativo	Nota	2018	2017	Ativo	Nota	2018	2017
(Reapresentado)				(Reapresentado)			
Circulante		6.976.606	6.644.169	Receitas Operacionais		39.414.246	39.024.000
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.158.887	2.495.985	Serviços prestados pacientes SUS		39.414.246	39.024.000
Contas a receber	5	3.382.080	3.252.000	Custos		(33.033.470)	(31.211.828)
Estoques		352.585	503.145	Serviços de terceiros		(16.184.272)	(16.384.649)
Adiantamento a funcionário		52.262	76.932	Pessoal e encargos		(11.878.401)	(10.756.844)
Adiantamento a fornecedores		739.937	269.285	Materiais e medicamentos		(4.970.797)	(4.070.335)
Partes relacionadas	8	274.974	28.503	Despesas		(7.985.738)	(7.562.949)
Despesas antecipadas		15.881	18.319	Pessoal e encargos		(2.969.600)	(2.689.212)
Não Circulante		7.821.625	7.314.699	Despesas gerais e administrativas	15	(4.941.765)	(4.804.562)
Contas a receber	5	6.694.453	5.882.474	Impostos, taxas e contribuições		(9.268)	(8.819)
Partes relacionadas	8	156.746	450.000	Depreciação amortização		(308.481)	(335.655)
Depósitos judiciais		18.919	18.919	Outras receitas e despesas operacionais		243.376	275.299
Imobilizado líquido	6	60.667	67.391	Financeiras, Líquidas		29.962	77.260
Intangível líquido	7	61.554	79.021	Despesas financeiras		(41.045)	(39.635)
Imobilizado-contrato de gestão líquido	6	829.286	816.894	Receitas financeiras		71.007	116.895
Total do Ativo		14.798.231	13.958.868	(Déficit) / Superávit do Exercício		(1.575.000)	326.483
Passivo	Nota	2018	2017	Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Exercícios			
(Reapresentado)				Finds em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em Reais (R\$)			
Circulante		6.746.470	5.175.486			2018	2017
Fornecedores	9	3.682.920	2.419.455	Fluxos das atividades operacionais			(Reapresentado)
Obrigações trabalhistas	10	2.182.153	1.878.108	(Déficit)/superávit do exercício		(1.575.000)	326.483
Obrigações sociais	11	360.940	324.559	Ajustes para reconciliar o resultado			
Obrigações fiscais		261.169	144.712	Depreciação/amortizações		308.481	335.655
Outras contas a pagar		9.032	14.054	(Déficit) / Superávit ajustado		(1.266.519)	662.138
Partes relacionadas	8	250.256	394.598	Varições no circulante das contas de ativo e passivo			
Não Circulante		1.668.469	825.090	(Aumento) de outros créditos		(1.388.041)	(2.368.476)
Receitas diferidas	12	1.668.469	816.894	Redução / (Aumento) de estoques		150.560	(93.955)
Outras Obrigações		-	8.196	Redução de despesas antecipadas		2.438	30.213
Patrimônio Líquido		6.383.292	7.958.292	Aumento / (Redução) de fornecedores		1.263.465	(32.191)
Patrimônio social		7.958.292	7.631.809	Aumento de obrigações trabalhistas		304.045	197.426
(Déficit) / Superávit acumulado		(1.575.000)	326.483	Aumento de obrigações sociais		36.381	50.115
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		14.798.231	13.958.868	Aumento / (Redução) de obrigações tributárias		116.457	(77.540)
				Redução de outras obrigações		(5.022)	(43.752)
				Aumento / (Redução) das obrigações - não circulante		843.379	(275.268)
				Ajustes patrimoniais		-	38.860
				Caixa líquido proveniente / (utilizado) das atividades operacionais		57.143	(1.912.430)
				Atividades de investimentos		(296.682)	(2.820)
				Aquisição de imobilizado		(290.839)	(2.820)
				Aquisição de bens do intangível		(5.843)	-
				Atividades de financiamento		(97.559)	394.598
				Partes relacionadas		(97.559)	394.598
				Redução do caixa e equivalentes de caixa (337.098)		(337.098)	(1.520.652)
				Varição em caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)			
				Saldo existente no início do exercício		2.495.985	4.016.637
				Saldo existente no final do exercício		2.158.887	2.495.985
				Redução no caixa e equivalentes de caixa (337.098)		(337.098)	(1.520.652)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Finds em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em Reais (R\$)

1. Contexto Operacional: a) **Objetivos Sociais:** Hospital Regional do Marajó compõe a rede de regionalização dos serviços de saúde do Governo Estadual do Pará. Atende patologias de média e alta complexidade, com centro cirúrgico de alta tecnologia com UTI adulta, infantil e neonatal, atendendo a população dos municípios de todo o 8º Centro Regional de Saúde, composto pelas cidades de Bagre, Curalinho, Anajás, Portel, Melgaço e Gurupá, totalizando um universo de quase 300 mil pessoas atendidas. O atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita. O HRPM tem 50 leitos, além de unidades de urgência e emergência, sete leitos de UTI adulta, cinco de UTI pediátrica e cinco de UTI neonatal. Os serviços oferecidos são obstetrícia, cirurgia geral, ortopedia, oftalmologia, cardiologia, clínica médica, exames laboratoriais por imagem e métodos gráficos. Possui um centro cirúrgico e obstétrico com três salas cirúrgicas e uma de recuperação pós-anestésica. Unidade ambulatorial, com cinco consultórios.

b) **Contrato de Gestão:** O Hospital Regional do Marajó é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), 06 de setembro de 2010, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 038/SESPA/2015, vigente até 21/09/2019. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja manutenção foi deferida para o triênio 1º janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, pela portaria nº 78 de 18.01.2018, pelo Ministério da Saúde.

2. Apresentações das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis: **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 18 de março de 2019. **2.2. Base de mensuração e apresentação:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4. Principais práticas contábeis:** a) **Caixa e equivalente de caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor

e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b) **Estoques:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c) **Ativo imobilizado:** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. d) **Ativo intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software. e) **Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. f) **Julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **Provisões para riscos judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. g) **Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. h) **Reconhecimento de receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas continua >

continuação pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública.

i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos:** As demonstrações contábeis de 2018 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **l) Patrimônio líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **m) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3. Reapresentação de Saldos do Exercício de 2017:** A Administração da Entidade optou por reapresentar alguns saldos do exercício de 2017, em virtude de melhor apresentação, divulgação e comparabilidade das demonstrações contábeis, em conformidade com o pronunciamento contábil, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro.

6. Imobilizado		Aparelhos Med. Cirurgia 10%	Equip. Informática 20%	Instrumentos Cirurgia 10%	Maquinas e Equip. 10%	Móveis e Utensílios 10%	Móveis e Utensílios Hospitalares 10%	Total	
Saldo inicial		9.709	40.406	12.596	6.402	4.548	36.351	110.012	
Adições		-	2.820	-	-	-	-	2.820	
Depreciação		(1.311)	(36.168)	(235)	(959)	(1.873)	(4.895)	(45.441)	
Em 31 de dezembro de 2017		8.398	7.058	12.361	5.443	2.675	31.456	67.391	
Saldo inicial		8.398	7.058	12.361	5.443	2.675	31.456	67.391	
Adições		-	-	-	10.022	-	-	10.022	
Depreciação		(1.311)	(7.058)	(1.354)	(1.120)	(985)	(4.918)	(16.746)	
Em 31/12/2018		7.087	-	11.007	14.345	1.690	26.538	60.667	
Imobilizado contrato de gestão		Aparelhos Med. Cirurgia 10%	Equip. Benfeitorias. 10%	Equip. Infor. 20%	Instrtos. Cirurgia 10%	Maquinas e Equip. 10%	Móveis e Utens. 10%	Móveis e Utensílios Hospit. 10%	Total
Saldo em 31/12/2017		690.810	7.082	15.675	32.564	257.950	34.015	54.067	1.092.163
Depreciação		(168.509)	(1.907)	(11.266)	(7.176)	(70.350)	(5.123)	(10.938)	(275.269)
Saldo final		522.301	5.175	4.409	25.388	187.600	28.892	43.129	816.894
Saldo em 31/12/2018		522.301	5.175	4.409	25.388	187.600	28.892	43.129	816.894
Saldo inicial		522.301	5.175	4.409	25.388	187.600	28.892	43.129	816.894
Aquisição		-	-	-	-	280.817	-	-	280.817
Depreciação		(168.509)	(763)	(4.409)	(7.175)	(70.641)	(6.012)	(10.916)	(268.425)
Saldo final		353.792	4.412	-	18.213	397.776	22.880	32.213	829.286
7. Intangível		Direito de uso 20%	Software 20%	Total	receitas sobre despesas (superávit), ou deduzidos por insuficiências (déficit), dos resultados obtidos nos congressos, bem como na administração da sede da Entidade.				
Saldo em 31 de dezembro de 2017		33.075	60.894	93.969	15. Despesas Gerais e Administrativas				
Saldo inicial		(4.477)	(10.471)	(14.948)	2018				
Saldo final		28.598	50.423	79.021	2017				
Saldo em 31 de dezembro de 2018		28.598	50.423	79.021	Serviços de gestão (1.951.200) (1.875.727)				
Saldo inicial		28.598	50.423	79.021	Energia elétrica (1.170.492) (1.317.913)				
Aquisição		-	5.843	5.843	Aluguel de máquinas (386.086) (426.362)				
Amortização		(7.855)	(15.455)	(23.310)	Manutenção e conservação (50.435) (129.503)				
Saldo final		20.743	40.811	61.554	Viagens e hospedagens (142.972) (194.708)				
				Frete e carretos (747.299) (747.298)					
				Outros (493.281) (113.051)					
				(4.941.765) (4.804.562)					
				16. Renúncia Fiscal: A Entidade aplica integralmente no país os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros,3 em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados e contabilizado, como se devido fosse.					
				2018					
				2017					
				Cota patronal 2.488.103 2.303.401					
				Terceiros 597.145 552.816					
				RAT/SAT 373.215 345.510					
				Total INSS 3.458.463 3.201.727					
				COFINS 1.182.439 1.170.720					
				Total COFINS 1.182.439 1.170.720					
				17. Cobertura de Seguros: Em 2018, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos. 18. Instrumentos Financeiros: A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.					
				2018					
				2017					
				Aplicações financeiras 1.301.587 1.212.038					
				Contas a receber 10.076.533 9.134.474					
				Total ativos financeiros 11.378.120 10.346.512					
				Fornecedores 3.682.920 2.419.455					
				Total passivos financeiros 3.682.920 2.419.455					
				19. Gestão de Risco: Risco de liquidez: As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. Breves - PA, 19 de março de 2019.					
				2018					
				2017					
				Cível 1.110.100 1.110.100					
				Trabalhista 331.261 331.261					
				1.441.361 1.441.361					
				14. Patrimônio Social: O Patrimônio Social é acrescido de excedentes de					
				Rejane Xavier Soares Gomes - Diretora Executiva - CPF: 892.612.831-87					
				Jairo Leite de Lima - Contador - CRC CT/PA - 012413/O-2					

continuação

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis

A Diretoria do **Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Hospital Regional do Marajó** - Breves - PA. Examinamos as demonstrações contábeis do **Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Regional do Marajó**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Regional do Marajó**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **• Provisões para riscos e passivos contingentes:** Conforme nota explicativa nº 13, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações contábeis. **• Provisão ou baixa para Créditos de liquidação duvidosa:** A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou reconhecimento da perda dos recebíveis com baixa perspectiva de recebimento envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de recebíveis envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis incerteza de recebimento e renegociação com ente público. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) Análise das políticas de cobrança, renegociação e discussão junto ao ente público; (ii) entendimento sobre os controles gerenciais em validação aos descontos promovidos pelo ente público, bem como a avaliação do cumprimento de métricas contratuais e (iii) Análise sobre a perspectiva da Administração sobre o recebimento dos valores contratuais. Concluímos pela adequação dos critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da classificação de parte do contas a receber junto à SESPAA como não circulante, os quais foram baseados na expectativa de negociação com ente público. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: i) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(C), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Pará), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pro-

nunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis; ii) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas em condições de mercado ou com outras partes. **Outros assuntos:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 30 de março de 2018, sem modificações. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.** O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. **• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.** **• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.** **• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.** Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional. **• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.** Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 19 de março de 2019.

Planners Auditores Independentes
CRC.SP. nº. 2SP 14.712/O-2 - CVM 11.398
Valter Piovam - Contador CRC 1SP146651/O-0 - CNAI nº 1.018

Protocolo: 416961

relativos ao exercício findo em 31/12/2018. Belém, 20 de março de 2019.
DANILO SOARES DA SILVA - Presidente da CODEM.

Protocolo: 416932

CÂMARA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL

Pregão Presencial n 9/2019-00001. SRP/CMAP. REGISTRO DE PREÇO visando a futura e eventual aquisição de combustível e recargas de gás objetivando atender as necessidades da câmara Municipal de Aurora do Pará. Data da Abertura 03 abril de 2019 as 08h00 local: sala da CPL. 2ªchamada. **Pregão Presencial n 9/2019-00002. SRP/CMAP. REGISTRO DE PREÇO** visando à futura e eventual Aquisição de material de copa e cozinha, gêneros alimentícios, material de limpeza e higienização, objetivando atender as necessidades da Câmara Municipal de Aurora do Pará. Data da Abertura: 03 de abril de 2019 as 10h00 local: sala da CPL.

Rafael de Aguiar Mendonça - Pregoeiro

Protocolo: 416940

CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA
LICENÇA AMBIENTAL
COMUNICADO

A Centrais Elétricas do Pará S.A., torna público que requereu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA, a Licença Prévia - LP, Licença de Instalação - LI e Autorização de Supressão de Vegetação - ASV, para as Redes de Distribuição de Energia Elétrica - RDR 34,5 kV - 1. Projeto 2265569 - comunidade Santana do Ituqui, localizada no município de Santarém, Estado do Pará.

Protocolo: 416948

FX MINAS CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA
A empresa FX MINAS CONSTRUÇÕES
E EMPREENDIMENTOS LTDA

CNPJ/MF Nº 65.120.057/0002-50, e Inscrição Estadual nº 15.478.388-9, sito a Rua C, nº 336, bairro Cidade Nova, CEP 68.515-000, município de Parauapebas, Estado do Pará, torna público que requereu à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA, a Licença de Operação para a atividade de Transporte Rodoviário de Substâncias e Produtos Perigosos.

Protocolo: 416931

CRA CONSTRUTORA RIBEIRO AZAMBUJA LTDA

CNPJ 16.013.005/0001-99 torna público que recebeu da SEMMA LO 074/2019 válida até 20/3/2020 para extração de Granito para brita no local BR-230 km 51, através do processo nº 172/2019

Protocolo: 416941

BELÉM HOTÉIS E TURISMO S/A
CNPJ 04.833.448/0001-47.

Encontram-se a disposição dos acionistas os documentos tratados pelo Artigo 133 da Lei 6404/76 na sede social da Companhia, Av. Presidente Vargas 882, 1º andar, Belém, Pará.

Protocolo: 416949

CNPJ no 04977583/0001-66
AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos nossos acionistas que encontram-se à disposição, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Nazaré, nº 708 - Belém- Pará, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei nº 6.404/76,

